

"A MORTE ANUNCIADA": O PAPEL DA IMPRENSA DURANTE A EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1850

Monique de Siqueira Gonçalves

monique_eco@yahoo.com.br

Resumo: O artigo procura analisar o papel da imprensa especializada e não especializada durante o primeiro surto de febre amarela no Rio de Janeiro, em 1850. Propõe, deste modo, a análise da fonte impressa a fim de contemplar um projeto de legitimação acadêmica realizado pela medicina oficial, que por meio destes periódicos procurou se afirmar como detentora exclusiva do saber "científico".

Abstract: The intention of this article is analyze the function of the specialized and non-specialized press during the yellow fever first outbreak in the Rio de Janeiro, in 1850. It proposes, in this way, the printed source analyses to contemplate an academic legitimation project archived by the official medicine, which, through these periodicals, searched to affirm itself as exclusive retaining of "scientific" knowledge.

A epidemia de febre amarela, que assolou o Rio de Janeiro em 1850, mexeu com a dinâmica da sociedade da Corte. Desde os primeiros casos diagnosticados nas imediações do porto, até a sua disseminação por toda a cidade, intensa foi a discussão sobre a sua procedência, natureza e tratamento.

A expansão da epidemia, em que dezenas e até centenas de pessoas sucumbiam a cada dia diante da febre amarela, demonstrou a profunda fragilidade da Corte diante das avassaladoras pestes. De onde vinham? Como se propagavam? Eram contagiosas? Infecciosas? Qual era a sua cura? Como evitar que a cidade fosse atingida por uma nova epidemia?

Todas estas perguntas não tinham respostas definitivas e conclusivas, nem por parte do poder público, que se achava desorientado diante da falta de conhecimento sobre a doença, nem por parte dos médicos.

"O presidente da província da Bahia, em seu relatório, atribuía a sua origem a um navio norte-americano vindo de Nova Orleans; havia aqueles que achavam que os responsáveis seriam os navios negreiros que teriam trazido o germe da costa da África; e outros, enfim, queriam ver a sua causa no excesso de calor daquele verão".¹

Em um discurso de José Martins da Cruz Jobim, na Câmara dos Deputados², em que este reclama contra a "morte da academia de medicina", podemos reiterar a informação acima exposta:

"Eis- aqui porque eu, com os meus pequenos recursos particulares, sem a coadjuvação de uma academia, dizendo o que entendo sobre estas causas, não pretendo ser peremptório ou decisivo ... Creio que a allegação feita sobre a tripolação dos navios que passarão aquém da linha, não é um fato bem averiguado e verdadeiro, e se o fosse, como é que nas povoações do litoral do Brazil não appareceu essa moléstia ao mesmo tempo? Como é que somente appareceu na Bahia para depois vir-se estendendo a outros lugares por uma filiação bem visível? Creio que outra é a causa do apparecimento da epidemia no Brazil, e esta causa é, sem duvida alguma, devida á desatenção com que até aqui têm sido tratados os objectos relativos á saúde pública (apoiados)".³

As dúvidas quanto à origem da doença também pode ser verificada em um artigo na Gazeta dos Hospitais de março de 1850:

"Será esta febre, ora reinante entre nós, produto da exalação de miasmas activada pelos ardentes calores que soffremos, concorrendo grandemente também a falta de aceio da cidade e a deteriorização dos comestiveis? Ou foi-nos ella importada da Bahia, onde reina actualmente uma epidemia? Existe alguma analogia entre estas duas epidemias? Foi ella também importada para a Bahia? Será a febre amarella?"⁴

A imprensa não-especializada, não tinha motivos deste modo, para ficar fora das discussões sobre a doença que a cada dia dizimava mais e mais pessoas. Em um artigo denominado "Philopolis", publicado no Correio da Tarde, podemos mais uma vez verificar a confusão em que se achava a sociedade carioca diante do avanço da doença, que ainda causava tantas dúvidas:

"Que confusão! Quantas disputas! Quantas theorias vãs ou absurdas! Para uns a febre he amarella, para outros não he amarella — He contagiosa? Não he contagiosa? Veio de fora? Nasceu na Bahia, na África ou nos Estados-Unidos? Ninguém se entende, nem sobre a natureza da febre, nem sobre a sua origem, nem tão pouco sobre os meios preventivos; e, o que he pior (sic), sobre seu curativo. Que a febre viesse ou não de fora, que seja ou não seja contagiosa, pouco importa: o que importa he saber como se cura, e n'isto he em que infelizmente, divergem os que tem fallado ou escripto a este respeito. 'Abrir as Veias, he abrir a sepultura, diz um. — Não, diz outro: abrir as veias, he abrir as portas da vida. — Calomelanos e sangria, diz um; sodorificos e purgas, diz outro; não, diz um terceiro, acônito, arnica em doses infinitésimas; fora charlatões, grita um discípulo de Galleno, o que unicamente pode salvar, são altas doses de sulfato de quinina"⁵.

Intensa era a polêmica suscitada pela febre amarela, que desestabilizou o cotidiano da sociedade, paralisando o comércio interno, o embarque e desembarque de navios nos portos, os jornais, e até mesmo a câmara dos deputados e o senado que nos meses de março e abril tiveram seus trabalhos interrompidos.

A *Academia Imperial de Medicina* e seus médicos também não tinham as respostas. Enquanto isso, grande parte da sociedade preferia o recurso aos métodos curandeiros ou até mesmo à homeopatia, como nos demonstra Tânia Salgado Pimenta em sua tese de doutorado, "*O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*". Deste modo, para a "medicina oficial" era preciso modificar a percepção da sociedade diante da "cura", e esse era um momento propício para a expansão de suas idéias e conceitos "científicos". Mas como se desenvolveu este projeto?

O presente artigo é somente uma pequena parte de uma pesquisa em andamento no curso de mestrado em História Política na UERJ, no qual pretendemos analisar, a relação entre a imprensa científica e não científica e o Estado imperial em meio às epidemias que reinaram na Corte do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século dezenove.

Uma das hipóteses desta pesquisa, é que a cooptação do saber científico pelo poder Estatal, como estratégia de expansão de sua ingerência sobre a sociedade, configura-se como uma oportunidade de consolidação do saber médico. A este projeto imperial se agrega um projeto próprio da categoria médica, que tem como objetivo principal a legitimação do conhecimento "científico". Ao qual pretendemos analisar a partir das publicações realizadas por médicos nos diversos periódicos da cidade durante os surtos.

A historiografia referente a este tema, muito já discutiu sobre a relação entre a Academia Imperial de Medicina e o Estado, no entanto, muito divergentes são as suas posturas. Roberto Machado⁶, em *Danação da Norma*, ao analisar o processo de legitimação da categoria médica, identifica neste um caráter autônomo. Logo, para o autor, esta categoria profissional teria poder de influência e capacidade de pressionar o Estado em favor do estabelecimento de uma política pública pautada na "medicina oficial". Um poder de pressão que aparece justificado pela legitimidade destes médicos, que estariam, com a criação da *Junta Central de Higiene Pública*, no centro do poder.

Já, segundo Edmundo Campos Coelho, sendo a "elite médica da época insegura quanto ao seu status", onde na prática da cura "reinava o caos, a anarquia", "onde cada médico improvisava seu próprio método alterando-o ao sabor de observações superficiais e pouco sistemáticas, aplicando

tratamentos inspirados no mais raso empirismo”⁷, o higienismo abria caminho aos médicos para cargos da administração pública, “desejáveis não apenas como fonte de renda mas também como uma espécie de participação vicária do poder”.

Flávio Edler, em um artigo intitulado “*A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais*”⁸, expõe diversas críticas às correntes historiográficas que tratam desta temática. Contraria a afirmação da inexistência de qualquer prática científica no século XIX (particularmente até sua última década) pela medicina acadêmica imperial, reforçada, segundo o autor por quase todos os historiadores interessados na atuação de médicos e higienistas, durante este período.

Suas críticas se atêm a duas vertentes interpretativas: a primeira, representada por Azevedo⁹, Schwartzman¹⁰, Carvalho¹¹, Luz¹², Pires¹³ e Schwarcs¹⁴, que ressalta a atividade científica vista como um conjunto de valores e práticas culturais, associadas a uma matriz ibero-americana, responsável pela resistência aos valores científicos. E a segunda, representada por autores como Jurandir Freire Costa¹⁵, Nilson do Rosário Costa¹⁶, Roberto Machado¹⁷ e Sidney Chalhoub¹⁸, que se ativeram à análise dos argumentos científicos em seu caráter ideológico. Onde, o ideário higienista serviria apenas para “legitimar a implantação da ordem burguesa contra os costumes da antiga sociedade patriarcal”¹⁹, segundo este autor.

Para Edler, as afirmações de que o saber médico não tinha nenhuma fundamentação científica e de que a higiene não passaria de uma estratégia bio-política de controle social, não são verdadeiras. Segundo o autor, a elite médica imperial despendeu grandes esforços em trabalhos de inovação científica nos campos da diagnóstica e terapêutica, o que contraria a hipótese de grande parte dos historiadores que tratam da medicina no século XIX.

No que diz respeito à cientificidade da medicina oficial, diante das pesquisas desenvolvidas até o momento, acreditamos que não se poderia negar qualquer caráter científico, ainda porque não podemos compreender a concepção do conceito “científico” no século XIX, sob a luz deste mesmo conceito após Pasteur. Ao analisarmos os discursos presentes nos jornais pertencentes à grande imprensa e até mesmo nos jornais científicos percebemos a presença de argumentos ligados a esta cientificidade. A partir da idéia de medicina como “ciência”, podemos compreender a importância da sua utilização tanto nos discursos oficiais, como nos discursos médicos. Este caráter seria o legitimador não só das posturas estatais, como seria a justificativa para a atuação dos médicos, por exemplo, frente aos “charlatões homeopatas”.

*“Sciencia é o resultado de estudos aprofundados desde a mais remota data do raciocínio em todos os ramos das variações da alma e da natureza. Não se poderá formar sciencia em um dia, por um só homem, mas são precisos annos e séculos para bem descortinar e comprehender, sem o que não ha razoável resultado e por consequência não há sciencia... O povo gosta de tudo quanto é extraordinário, bizarro, extravagante, fora dos limites, mysterioso e mágico. O povo deixa-se arrastar pelo tom empírico e sufficiente com que um homem ignorante se lhe apresenta e lhe diz que sabe”.*²⁰

O “caráter científico” é utilizado como o legitimador da “medicina oficial”, e podemos perceber que por mais que este discurso pretenda imprimir nos seus leitores uma opinião particular, ele se utiliza de argumentos que não podem fugir totalmente da realidade, pois neste caso não teriam nenhuma fundamentação. Sendo assim, a utilização da expressão “estudos aprofundados”, cumpre a função de diferenciar a “alopatia” da homeopatia dos estudos desenvolvidos pelas elites médicas. Mesmo que possamos dirigir críticas quanto à eficácia destas “observações”, sob o ponto de vista atual, não podemos afirmar que neste momento as explicações miasmáticas não seriam explicações oriundas de um “critério vigente de cientificidade”.

No que diz respeito ao segundo ponto ressaltado, temos como hipótese que o saber médico será utilizado pelo Estado imperial como um legitimador, o que não significa afirmar que a “higiene não passaria de uma estratégia biopolítica de controle social”. Não estariam eles, segundo esta pesquisa, conspirando em favor dos interesses das elites senhoriais.

Acreditamos que o saber médico foi um legitimador das “não-attitudes” do Estado, afirmação pautada na primeira epidemia de febre amarela em 1850, pois, tendo o governo imperial feito muito pouco para evitar milhares de mortes, este se utilizou do discurso higienista para evitar que a sociedade se desarticulasse, desestabilizando o poder imperial.

A disseminação de jornais especializados e a multiplicação de artigos na imprensa não científica, referentes à febre reinante, demonstram para nós não somente a importância da imprensa para a formação de uma opinião pública favorável à “medicina oficial”, mas também o papel “educador” e “civilizador” delegado a esta neste momento. Pois ao contrário, qual seria o fator que explicaria a multiplicação de revistas médicas no auge das epidemias?

Seguindo os passos de Carla Siqueira²¹, pretendemos retomar a análise da imprensa não somente como *lugar de memória*²², mas como *sujeito histórico fundamental*, ou seja, como um agente construtor. Atuando, portanto, dentro do paradigma do jornalismo moderno, ou seja, como agente de construção de uma opinião pública.

O objetivo de “esclarecer” a sociedade acerca da “necessidade” do saber médico esteve presente constantemente, por exemplo, nos editoriais dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, onde as palavras “luzes”, “razão”, “ordem” e “moderação” formavam um estreito laço entre o saber “científico” e a ordem imperial estabelecida.

A análise concomitante da imprensa leiga e da imprensa científica pretende reforçar a idéia de que a produção de revistas e jornais específicos se constituiu num esforço da categoria médica para se legitimar. Através desta pode-se verificar o desenvolvimento e o movimento das suas idéias, sendo esta um local de fermentação intelectual e um meio de sociabilidade, onde os laços deste “pequeno mundo estreito”²³ se unem.

A importância da imprensa na divulgação dos conhecimentos científicos tem seu tom bem definido nas seguintes passagens:

“Em todos os países onde a cultura de letras não é um vão entretenimento, ou uma delicada iguaria para poucos e determinados parladores, as obras, os tratados, os compêndios e, em maior escala, os jornais são devidamente apreciados por todos aqueles que desejam e tem necessidade de possuir uma instrução variada e substancial.”²⁴

E continua:

“É – como mui bem diz Schlegel, grande philosopho alemão – O jornalismo científico e literário é a locomotora dos conhecimentos humanos que vae marchando rápida e sem estorvos para o seculo futuro”... “Assim, pois, tanto mais fina e apurada for a instrução de um povo, tanto maior e mais extenso será o catalogo de suas publicações, vindo d’aquí a seguir-se que o movimento da imprensa de uma nação será o thermometro por onde só se deva julgar do seu progresso e adiantamento nas sciencias.”²⁵

Estes trechos, retirados do primeiro editorial dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, assinado pelo Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo (editor do jornal), refletem a importância da divulgação “das ciências” pelos jornais científicos, como forma de “instruir” e “educar” uma sociedade. Atrélam a idéia de verdade, ao conhecimento científico difundido pela Academia Imperial de Medicina, em detrimento, por exemplo, do “charlatanismo” que segundo os médicos “alopatas” precisava ser extirpado da sociedade.

O caráter “civilizador”²⁶ das publicações científicas é ressaltado quando verificamos que na grande epidemia de 1850, os jornais científicos se multiplicam a fim de dar conta do surto epidêmico, frente aos outros métodos de cura. Os ataques aos charlatões se multiplicam concomitantemente com as revistas especializadas, que pretendiam dar conta à sociedade dos tratamentos empregados aos acometidos pela febre amarela.

Neste sentido temos a publicação da *Gazeta dos Hospitales*, com seu primeiro número em 1º de março de 1850, com edições até fevereiro de 1852. Esta publicação evidencia, tanto pelo seu curto período de existência, quanto pelo seu conteúdo, a finalidade de expor à sociedade os tratamentos empenhados pelos médicos “alopatas”, nos mais diversos hospitais da cidade durante a epidemia.

Editada pelo Dr. Carlos Luiz de Saules, e impressa quinzenalmente durante o período acima citado, esta gazeta pretendia explicitar à sociedade os tratamentos que eram aplicados aos doentes que se dirigiam aos principais hospitais e lazaretos da cidade como: o Hospital da Misericórdia, a Casa de Saúde do Saco do Alferes, o Lazareto da Ilha de Bom Jesus, o Hospital da Marinha, o

Lazareto da Praia Formosa, o Lazareto do Hospício da Nossa Sr. Do Livramento e as enfermarias do Hospício Pedro II.

Verificamos inclusive pela análise dos *Anais da Câmara dos Deputados*²⁷, que exemplares deste jornal também eram oferecidos ao Legislativo, o poder responsável pela discussão, aprovação e liberação de verbas também para a área de saúde pública. Não existe nenhuma referência na gazeta a um preço, o que denota que esta era publicada para distribuição. E o que levaria médicos da Corte, em pleno pico de surto epidêmico, iniciar a publicação de uma gazeta que se ocupasse especificamente da doença em expansão?

Nos parece claro que o projeto de legitimação da "medicina oficial", expresso tanto nos jornais da grande imprensa, quanto pelos *Annaes Brasilienses de Medicina*, se estendeu também, nos períodos de epidemia, à publicação dos mais variados periódicos. Cada um, à sua medida, pretendia responder às diversas questões suscitadas pela sociedade a cerca da doença, e que ainda não haviam sido respondidas.

Na edição de 1º de março de 1850, o primeiro número da *Gazeta dos Hospitales*, verificamos a apresentação de sucessivas "observações anatômico-pathológicas acerca da febre amarela apresentada à Imperial Academia de Medicina em suas sessões de 30 de janeiro a 6 de fevereiro de 1850 pelo Dr. Bompani"²⁸. Foram expostas quatro autópsias feitas pelos Drs. Cunha e Bompani, todas elas realizadas em marinheiros estrangeiros, no início de janeiro, no *Hospital da Misericórdia*.

Das autópsias apresentadas, duas eram de americanos, membros da tripulação do "Navio Hercules", e os outros dois, russos, pertencentes a uma escuna chamada "Niord". Nestas primeiras análises foram apresentadas as características anatômicas dos quatro pacientes a fim de se estabelecer uma comparação das "lesões" internas e externas apresentadas pelos doentes. Percebemos já nesta primeira matéria o esforço de se conhecer os efeitos da doença, a fim de se estabelecer uma constância dos "males" causados aos doentes.

As matérias subseqüentes davam conta dos tratamentos empregados aos amarílicos, também apontando os sintomas apresentados por cada um deles. O vômito de "um líquido de cor preta avermelhada"²⁹ e "evacuações da mesma natureza"³⁰, eram observações constantes sobre os doentes, que assim como as autópsias, demonstravam sempre que o fígado dos doentes eram bastante afetados.

Os tratamentos também eram descritos e demonstram que a utilização de sangrias, sanguessugas ou ventosas era o recurso emergencial para o paciente que estivesse em estado de saúde grave. Não havia, contudo, uma freqüência na utilização de outros medicamentos, que variavam entre cataplasmas emolientes, sinapismos, bebidas ácidas, calomelanos, sais neutros, sulfato de quinina, bebidas refrigerantes e nitradas, óleo de vicino, sal de Glauber, água destilada de louro-cerejo, viscatórios, afusões frias, até gelos, ameixas cozidas, limonada muriática e banho morno.

Além das "indicações de tratamentos", apresentadas nas sucessivas edições por diversos médicos da Corte, as publicações também expunham periódicas estatísticas feitas pelos hospitais, lazaretos e enfermarias desde janeiro. Destas podemos concluir que mais de 50% dos doentes, na maior parte das vezes, falecia durante as primeiras 24 horas de estadia, com grande incidência de mortes até o quarto dia de internamento.

Em uma estatística apresentada pelo *Lazareto da Ilha de Bom Jesus*³¹, desde a sua fundação, 18 de janeiro até 28 de fevereiro, verificamos que dentre os falecimentos e saídas 86,5% eram estrangeiros e dentre estes 40,28% eram portugueses. De um total de 427 doentes, nesta estatística, somente 23 eram brasileiros, números que acabam confirmando a grande incidência da doença em não-aclimatados. Verificação esta que se tornou parâmetro para as discussões entre os médicos que defendiam as causas climatológicas da epidemia.

Muitas outras estatísticas publicadas devem, no entanto, ser relativizadas, pois em muitas delas a entrada de acometidos pela febre amarela é muito pequena e não condiz com o número de mortes contabilizadas durante este período. Isto denotaria também uma necessidade de se amenizar o alcance da doença, afim de não alarmar mais ainda a população, que já se encontrava bastante temerosa com a eminência da morte.³²

Na segunda edição do jornal, de 15 de março de 1850, um artigo reflete a postura desta gazeta diante da doença:

"No meio de toda essa actividade, no meio de todos esses louváveis esforços, apresenta-se sempre a mesma lllm^a Camara Municipal. Sempre as mesmas immundicies por ahi espalhadas, sempre o mesmo desleixo, a mesma incúria; é triste, mas é forçoso confessa-lo! Não há um só dia em que os jornaes não contenhão algum artigo fazendo ver a Camara Municipal o desmazelo que há por esta bella cidade, uma folha até existe destinada só a este mister, O Despertador Municipal, e ella conserva-se sempre a mesma, incensível a todos os clamores!"⁶³

No início deste trecho, de um artigo não assinado, os elogios aos "louváveis esforços" referiam-se à multiplicação de lazaretos pela Santa Casa de Misericórdia e da disponibilidade dos médicos para o atendimento dos doentes. Este elogio seguido pela crítica à Câmara Municipal era uma constante nos discursos veiculados nos mais diversos jornais da cidade. Lembrando que esta gazeta era editada pelo Dr. Carlos Luiz de Saules, que clinicava na Santa Casa, os elogios são bastante plausíveis e as críticas obviamente acabam sendo dirigidas à Câmara, que neste momento tinha em sua presidência um médico.

Ao tomar a imprensa como fonte, devemos alertar para a subjetividade contida na construção dos acontecimentos, que não podem ser vistos como simples fatos ou relatos objetivos e imparciais da realidade. Por trás de uma notícia existe sempre um narrador que, a partir de um vestígio factual, formula seu texto e suas conclusões imbuído de pré-concepções e de determinadas unidades de valores. Não podemos subestimar, também, a importância da linha editorial estabelecida pelo veículo de comunicação, condição essencial para a compreensão do tratamento que é dado à notícia, podendo muitas delas camuflar importantes interesses políticos, econômicos ou sociais.

Neste sentido, a análise da *Gazeta dos Hospitales* nos revela não somente a posição da medicina oficial diante da disputa de poder dentro da própria categoria, como denota a necessidade e a importância de publicações que disseminassem o seu saber.

O projeto de legitimação da medicina oficial esteve calcado, tanto na presença de médicos da Academia no poder legislativo e executivo, quanto por meio de publicações científicas que pretendiam cristalizar o seu saber. Da mesma maneira que o Estado se utilizou do discurso médico para justificar suas intervenções no espaço urbano, posição esta que ficou mais clara com a República, os médicos "alopatas" se valeram da legitimidade deste poder para se fortalecerem frente à homeopatia e aos métodos curandeiros.

O surto epidêmico de febre amarela em 1850 na Corte imperial só seria, no entanto, o primeiro capítulo desta trajetória que ainda teria pela frente as epidemias de cólera, tuberculose, tifo e por repetidas vezes a própria febre amarela, que durante maior parte da segunda metade do século se tornou endêmica, tendo picos periódicos. Em todos estes períodos as estratégias de expansão da "medicina oficial" se multiplicaram e deixaram cada vez mais evidentes as disputas de poder dentro e fora dos círculos acadêmicos.

¹ Almir Chaïban El-Kareh. "Estado e assistência pública: as epidemias dos anos de 1850 na cidade do Rio de Janeiro" In *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da XVIII Reunião*. Rio de Janeiro, 1998, pág. 255.

² José Martins da Cruz Jobim (médico lente da Academia Imperial de Medicina), deputado durante a oitava legislatura, iniciada em 1849, nomeado senador em 1851.

³ 5-081,01,15. *Anais da Câmara dos Deputados*, 4 de junho de 1850. Pág. 299. BN.

⁴ 1-215,01,12. *Gazeta dos Hospitales*, 01 de março de 1850. Pág. 2. BN.

⁵ PR-SOR 00765 [1-5]. *Correio da Tarde*, 9 de março de 1850. BN

⁶ Roberto Machado (et al). *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. RJ: Graal, 1978.

⁷ Edmundo Campos Coelho. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. RJ: Ed. Record, 1999. 304p.

⁸ Flavio Coelho Edler. "A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais". In: *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. (Alda heizer e Antonio Videira orgs.). Rio de Janeiro: Access, 2002.

⁹ Fernando de Azevedo. *As Ciências no Brasil*. São Paulo, s.d..

¹⁰ Simon Schwartzman. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.

¹¹ José Murilo de Carvalho. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave da leitura". Rio de Janeiro: Topoi, 1, 2000, p 123-152.

¹² Madel Luz. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. RJ: Graal, 1982.

- ¹³ Denise Pires. *Hegemonia médica na saúde e a enfermagem*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ¹⁴ Lília Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ¹⁵ Jurandir Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ¹⁶ Nilson do Rosário Costa. *Lutas urbanas e controle sanitário*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ¹⁷ Roberto Machado (et al). *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. RJ: Graal, 1978.
- ¹⁸ Sidney Chalhoub. *Cidade Febril – Cortiços e epidemias na corte imperial*. SP: Companhia das Letras, 1996.
- ¹⁹ Flavio Coelho Edler. "A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais". In: *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. (Alda Heizer e Antonio Videira orgs.). Rio de Janeiro: Access, 2002. p. 98.
- ²⁰ 1-275,01,14. *Annaes Brasilienses de Medicina*, abril de 1850. 1849-1885 BN
- ²¹ Carla Siqueira. "A construção da memória histórica na imprensa carioca no início da República" in *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- ²² Pierre Nora. *Lês lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- ²³ Jean- François Serinelli. "Os intelectuais" in *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- ²⁴ 1-275,01,14. *Annaes Brasilienses de Medicina*, outubro do 1849. 1849-1885 BN.
- ²⁵ Idem.
- ²⁶ Lucia Maria Bastos Neves e MOREL, Marco Morel (org.). *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- ²⁷ 5-081,01,14. *Anais da Câmara dos Deputados*, 18 de março de 1850. Pág. 161. BN.
- ²⁸ *Gazeta dos Hospitales*, 1º de março de 1850. Pág 2. BN.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ Idem.
- ³¹ *Gazeta dos Hospitales*, 1º de março de 1850. BN.
- ³² Monique de Siqueira Gonçalves. *Saúde Pública no Segundo Reinado: uma análise das relações entre o Estado e a Academia Imperial de Medicina pela leitura da imprensa carioca (1849-1851)*. Monografia de bacharelado. Rio de Janeiro: UERJ, IFCH, 2003.
- ³³ *Gazeta dos Hospitales*, 15 de março de 1850. Pág 11/12. BN.